



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**O processo de inclusão de alunos com necessidades
educacionais especiais na escola**

WANESSA SOUSA DE PAULA

Brasília, 13 julho de 2011.

WANESSA SOUSA DE PAULA

O processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em **Pedagogia**, à Comissão Examinadora da **Faculdade de Educação - FE da Universidade de Brasília - UnB**, sob a orientação da professora Doutora Fátima Lucília Vidal Rodrigues.

Brasília, 13 julho de 2011

Folha de Aprovação

WANESSA SOUSA DE PAULA

O processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de licenciado em Pedagogia, submetido à comissão examinadora da Faculdade de Educação – FE da Universidade de Brasília – UnB.

Brasília, 13 de julho de 2011.

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dra. Fátima Lucília Vidal Rodrigues (orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof^a. Mestre Edeilce Aparecida Santos Buzar (Examinadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof^a. Sílvia Ester Orrú (Examinadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida e pela capacidade que Ele a mim constituiu, assim como pelas oportunidades que me foram proporcionadas.

Agradeço a minha orientadora Dr. Fátima Vidal, pela dedicação e pelo tempo que dispôs para me orientar, sempre com dedicação e simpatia.

A Universidade de Brasília e a Escola La Salle de Águas Claras, pelo apoio na pesquisa e disponibilidade de material.

Aos meus pais Izildete e Vanderli e minha avó Manoela, pelo apoio, dedicação e exemplo de vida, que me fazem parte do que hoje eu sou.

A minha irmã Valéria, meu cunhado Henrique e as minhas amigas: Ingrid, Bárbara, Renata, Dayane e Marcela pelo apoio nos momentos que mais precisei e pela disponibilidade que tiveram.

A todos acima citado e todos que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para a execução deste trabalho, muito obrigada.

**A educação não é uma fórmula, mas
uma obra da vida.
(Freinet)**

PAULA, Wanessa Sousa de: O processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola, Brasília-DF, Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (Trabalho Final de Curso), 2011.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva mostrar como acontece o processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais na escola. Atualmente existem várias leis que asseguram o acesso de alunos com necessidades educacionais especiais ao ensino regular e podem ser encontradas na Constituição Federal, em Convenções realizadas em vários países, entre outros documentos que amparam esses alunos. As escolas devem assumir essa parceria com as famílias oferecendo profissionais capacitados para receberem essas crianças, uma estrutura física adequada, materiais pedagógicos e de apoio e ainda profissionais especializados para fornecer o suporte necessário aos professores, visando a uma educação de qualidade, no tempo e espaço da criança.

Palavras-chave: Escola, Educação, Inclusão.

ABSTRACT

This research aims to show how does the process of school inclusion of students with special educational needs in school. Currently there are several laws that ensure access for students with special educational needs in mainstream education and can be found in the Federal Constitution in conventions held in various countries, among other documents which support these students. Schools should take this partnership with families offering professional trained to receive these children, an adequate physical infrastructure, teaching materials and support professionals and also to provide support to teachers, aiming at quality education, in time and space the child.

Key Words: School, Education, Inclusion.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
PARTE I - MEMORIAL.....	9
I - Memorial Educativo.....	10
PARTE II - ESTUDO DE PESQUISA.....	13
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - CONHECENDO AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	16
1.1. Histórico.....	16
1.2. Fundamentos legais que amparam o Educando com Necessidades Especiais.....	18
2 - O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL.....	26
2.1. A inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais no ensino Regular.....	26
2.2. Dificuldades de inclusão da criança com necessidade especial na educação infantil regular.....	29
2.3. Adaptações da escola para a inclusão da criança especial.....	31
2.4. Formação docente para educação especial.....	33
CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE PESQUISA.....	37
Conhecendo os sujeitos da pesquisa.....	37
CAPÍTULO III – ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	39
3.1. Questionário aplicado aos professores que trabalham com crianças com necessidades especiais.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
PARTE III - PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS.....	51
APÊNDICES.....	52
A – Questionário aplicado aos Professores que trabalham com crianças com necessidades especiais.....	53

Apresentação

Este trabalho de conclusão de curso consiste em uma exigência curricular do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília. Sua realização integra três partes fundamentais: Memorial educativo, Monografia e Perspectiva profissional.

O Memorial educativo: a primeira parte do trabalho, nele foi reconstituída toda a trajetória por mim percorrida, desde meu ingresso na escola até o de minha saída da Universidade, assim como as experiências pessoais que tiveram relação com a minha vida acadêmica. Além disso, faço também uma descrição das experiências dentro dos mais diferentes espaços escolares pelos quais já passei, bem como apresento as oportunidades vivenciadas no âmbito universitário que de alguma forma contribuíram para que a teoria fosse aplicada na prática educacional.

A Monografia: ela consiste na elaboração do estudo de pesquisa, a monografia propriamente dita, na qual investigo o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola.

Perspectiva profissional: ao final do trabalho, no qual elaboro uma visão em relação às perspectivas de atuação na área, assim como o desenvolvimento de projetos relacionados à inclusão.

Parte I - MEMORIAL EDUCATIVO

I – Memorial Educativo

Minha vida escolar começou muito cedo quando eu ainda tinha apenas cinco anos de idade. Logo no primeiro ano de escola já tive que vencer um desafio, pois já sabia ler e escrever. Minha mãe dava aulas particulares em casa e com isso eu já estava sendo alfabetizada espontaneamente, como na minha série ainda não havia alunos alfabetizados tive que avançar meus estudos e acabei indo para a 1ª série do ensino fundamental.

Devido a esse meu adiantamento, sempre estudei com minha irmã o que me incentivava, pois disputávamos as melhores notas. Isso não afetou em nada a minha vida, me desenvolvi como qualquer outra criança da minha turma, mesmo eu sendo mais nova que os demais. Quando eu cursava a 4ª série do ensino fundamental, um professor queria me reprovar, alegando que eu não tinha idade suficiente para estar naquela série, porém não conseguiu, continuei meus estudos com toda dedicação me aplicando ao máximo para acompanhar a turma.

Sempre estudei em uma escola rural localizada na Ceilândia, onde não tínhamos uma boa estrutura física, porém o corpo docente sempre foi muito competente e estimava muito, pois me apoiavam em tudo que fosse necessário. Nessa escola tínhamos uma verdadeira família, pois estudamos juntos durante todo o ensino fundamental e também parte do ensino médio, foi justamente nessa época que tivemos que mudar de escola, pois a que estudávamos era apenas até a 8º série. Tentei estudar na escola normal já que tinha um de me tornar professora, porém não passei na prova e tive que cursar uma escola comum. Nessa nova escola enfrentamos várias dificuldades, pois morávamos longe e tínhamos que nos submeter a muitos transtornos para chegar, mas consegui vencer essa etapa com ajuda dos meus pais que sempre me apoiaram. Nessa mesma época uma tia que morava no interior veio morar conosco aqui em Brasília, ela tem uma filha com necessidades especiais. Todos em minha casa se empenhavam ao máximo para ajudá-la no que fosse preciso, elas passaram algum tempo morando conosco isso foi o suficiente para que eu aprendesse reconhecer a diferença e saber como ajudar. Quando estava no 2º ano do Ensino Médio comecei a me preocupar com que curso

queria fazer na faculdade, tinha o sonho de estudar jornalismo na UnB, mas também não descartava a ideia de fazer letras; entrei no cursinho preparatório para o PAS (Programa de Avaliação Seriada), mas não me motivei muito já que eu nem sabia o que realmente queria fazer quando terminasse o Ensino Médio e como ainda me faltava um ano preferi não me preocupar tanto com isso. Fiz a prova do PAS, mas não obtive boa nota. No 3º ano passei por uma série de mudanças em minha vida, pois comecei a estagiar na Caixa Econômica Federal e tive que mudar de turno e deixar todos meus amigos que me acompanhavam desde meu ensino fundamental, nessa mesma época também tive que ir morar com uma amiga, pois ficava mais fácil meu acesso a escola e ao trabalho, nessa época estava decidida a estudar jornalismo só me restava escolher a faculdade já que minhas notas não eram suficientes para entrar na UnB.

No final do 3º participei do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que tinha o objetivo de avaliar os alunos concluintes do Ensino Médio e avaliar também as instituições de ensino, eu fiz a prova sem muitas pretensões já que para mim não significava nada, foi aí que eu tive a surpresa quando chegou uma carta em minha casa me informando que havia atingido uma boa nota e que poderia tentar bolsas de estudo em faculdades particulares, não pensei duas vezes e fui para a internet verificar a veracidade da carta, quando comprovei o fato fiz minha inscrição em vários cursos e em várias faculdades, finalmente consegui uma bolsa de estudos para cursar Pedagogia na FAJESU (Faculdade Jesus Maria José), foi meio que surpreendente, pois essa era uma que inicialmente não estavam nos meus planos, mas que não me parecia muito ruim. Eu tinha 16 anos de idade e estava indo cursar Pedagogia meio que desorientada em uma Faculdade que eu nem fazia ideia de como funcionava a vida acadêmica.

Acabei me encontrando no curso de pedagogia, estava bastante motivada em continuar nessa carreira, tinha muitas aulas e professores maravilhosos que trabalhavam com alunos especiais e comecei a me aprofundar mais no assunto, pois eu sentia de alguma forma uma necessidade de entender melhor como trabalhar com as dificuldades que podemos encontrar em sala de aula. Participei de alguns eventos relacionados ao assunto, como por exemplo, o projeto “ser diferente é normal”, um evento realizado no parque da cidade, onde tivemos várias palestras e apresentações que despertaram o meu interesse para trabalhar nessa área. No terceiro semestre surgiu a oportunidade de me transferir para a UnB e acabei

optando por essa transferência. Assim que cheguei a UnB estava muito desmotivada e completamente perdida, pois a estrutura era outra, as pessoas e professores também, mas aos poucos fui me localizando, comecei a me motivar quando surgiram disciplinas relacionadas a educação especial e acabei entrando no ritmo das aulas, estava decidida a seguir a carreira tendo por vista a educação especial, porém, comecei a trabalhar em uma escola particular e nessa escola descobri o método de alfabetização natural que me instigou então passei a realizar partindo desta realidade, estava decidida a realizar os projetos nessa área.

Quando fui fazer o projeto 3, queria me direcionar para a área da educação inclusiva, porém os horários oferecidos não me favoreciam e acabei partindo para a formação de professores e a questão da oralidade. Fiz o estágio obrigatório na escola onde eu trabalhava e desenvolvi a questão da oralidade. No projeto 4 continuei trabalhando nessa área, pois já estava decidida a realizar meu pré projeto seguindo a temática. No projeto 5 decidi trabalhar com o método natural de alfabetização e me matriculei com a professora Norma Lúcia, que me incentivou e me ajudou muito a entender sobre o método, mas, o trabalho não se desenvolveu eu acabei me desmotivando e abri mão da minha monografia. Foi então que eu decidi voltar no início de tudo na minha primeira motivação, então preferi passar mais um semestre e realizar esse projeto na área de educação especial, que sempre foi um desafio para mim e que sempre gerou interesse.

PARTE II

Estudo de pesquisa

I - Introdução

O indivíduo nada mais é do que produto do meio em que vive, assim, a educação passa a ser um meio essencial para a produção do conhecimento, já que nela as relações pessoais estão inteiramente interligadas com o modo de produção presente na vida cotidiana de todos. A escola passa a ser um local de encontro onde as ideias e pensamentos são compartilhados de forma que se produza um maior conhecimento, por isso deve ser um local que acolha o estudante assim como todos os profissionais que atuam nessa área. A partir dessa descrição vem o questionamento: Que tipo de suporte a escola tem oferecido para os alunos com necessidades educacionais especiais, considerando o contexto sociopolítico e cultural atual?

O interesse pelo tema surgiu a partir do momento em que comecei a observar a rotina de alguns alunos na educação infantil, vendo que esses necessitavam de um suporte pedagógico mais adequado, então passei a vivenciar a rotina e a interação entre eles, a escola e os professores. Algumas hipóteses foram levantadas acerca de como a escola tem construído um suporte para receber os alunos em processo de inclusão e o que metodologicamente tem acontecido nesse espaço institucional:

- o processo de inclusão não ocorre de maneira satisfatória devido a falta de formação dos professores;

- a escola não está preparada¹ para receber alunos com necessidades educacionais especiais e com isso acaba se imobilizando na busca por uma discussão e qualificação adequada.

- ausência de espaço, material pedagógico adequado e apoio para um desenvolvimento satisfatório das crianças também é uma possibilidade de interferência no processo de inclusão.

¹ Será que essa questão não será a grande impossibilidade da inclusão? Estaremos preparados para o futuro no presente? Como vivermos a intensidade do outro, no agora, e irmos nos preparando com ele?

Durante o trabalho foram desenvolvidos subtemas como: histórico de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais e seus avanços, empecilhos existentes nesse processo de inclusão e verificação da formação dos professores para atuar com essas crianças no ensino regular, mais especificamente na educação infantil.

Para a realização desse trabalho foi utilizado uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e uma pesquisa de campo, afim de reunir subsídios para as argumentações que proporcionarão algumas respostas à situação problema deste trabalho e a problematização das hipóteses.

Na realização da pesquisa de campo, foram aplicados questionários, em uma escola da rede particular de ensino do Distrito Federal, direcionados aos professores que trabalham com as crianças com necessidades especiais. Analisou-se ainda na pesquisa de campo, as adaptações da escola e os materiais e apoio oferecidos. Para que essa pesquisa fosse realizada alguns objetivos foram traçados com o intuito de facilitar a compreensão e análise dos resultados:

O objetivo geral pode ser assim sintetizado:

Investigar como se dá o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais em uma escola da rede particular de ensino do Distrito Federal.

Diretamente ligados ao objetivo geral os objetivos específicos são:

- Descrever a proposta de inclusão utilizada pela escola;
- Identificar quais são os pontos mais pertinentes, levantados pelos professores, para planejar e construir a proposta metodológica para atender os alunos com necessidades educacionais especiais incluídos na escola;
- Analisar como os professores veem a proposta pedagógica da escola;

- Analisar a formação dos professores para aplicar a proposta pedagógica em relação à inclusão;
- Identificar as facilidades e dificuldades que os professores tem para efetivar uma proposta inclusiva e, por último,
- Problematizar a efetividade da inclusão nos dias de hoje.

Os dados obtidos na pesquisa foram analisados e confrontados com o referencial teórico e com as hipóteses iniciais, afim de que ao final do presente trabalho o objetivo geral e os específicos fossem atingidos.

CAPÍTULO I - CONHECENDO AS NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

1.1 - Histórico

Muitas tentativas têm sido feitas em relação à definição das Necessidades Educacionais Especiais, e todas possuem o mesmo intuito de agregar e até definir qualidades específicas para tais. As Necessidades Especiais estão diretamente ligadas ao indivíduo particularmente diferente, inteligente ou com poucos talentos comuns, algumas pessoas utilizam a referência para identificar uma pessoa com desenvolvimento atípico ou que se diferencia do processo comum de aprendizagem, no entanto, o termo tem sido utilizado para designar tanto a pessoa com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, quanto a com altas habilidades, todas incluídas dentro de um mesmo grupo. Apesar do desenvolvimento anormal do comportamento humano ter sido investigado não deixou de ser tratado de forma curiosa, tendo algumas interpretações pelo lado místico e sobrenatural.

De acordo com Telford e Sawrey (1978 p. 21):

À medida que a mente normal era concebida como uma *animas* (isto é, uma entidade, poder ou força material) que controlava o corpo, o comportamento e desenvolvimento anormais eram ainda mais prontamente explicados em termos de poderes ou espíritos benignos ou malignos. Uma concepção mais científica da natureza do comportamento e físico anormais teve de aguardar o desenvolvimento de uma explicação naturalista do comportamento e físico normais.

Essa crença em espíritos malignos ou benignos como explicação do comportamento anormal das pessoas consideradas anormais tem sido evidente desde o começo da história documentada. Alguns filósofos e médicos da Grécia antiga foram responsáveis, historicamente, pela promoção da substituição das explicações sobrenaturais pelas naturalistas.

Segundo Sawrey e Telford (1978), no final da Idade Média, algumas atitudes em relação a pessoa com necessidade especial tornou-se incoerente e vacilante.

Muitos, considerados doentes mentais, eram admitidos em hospitais para tratamento, enquanto alguns outros ainda estavam sendo tratados como bruxos e bruxas. Esses indivíduos passaram a ser temidos e o medo da Inquisição fazia com que as famílias e amigos dos pacientes o rejeitassem, eles ficavam pelos campos e tinham que se arranjar como pudessem. Porém, durante o Renascimento alguns médicos se opuseram aos maus tratos de pacientes que eram considerados possessos e assim algumas mudanças de atitudes foram observadas.

As primeiras instituições voltadas ao atendimento de crianças com necessidade especial surgiram na segunda metade do século XVIII. Em 1760, em Paris, surgiu a escola Abade Charles M. Lepée voltada ao atendimento da criança surda e transformada posteriormente no Instituto Nacional de Surdos-Mudos. Em 1748 foi instituída, por Valentim Haüi, uma escola para cegos que passou a se chamar Instituto dos Jovens Cegos de Paris após a revolução francesa.

Já para as pessoas com deficiência física ou intelectual o atendimento educacional aconteceu um pouco mais tarde. Em 1832, surgiu em Munique na Alemanha, uma instituição voltada ao atendimento do deficiente físico. Para os deficientes mentais, o atendimento específico, teve início com a fundação da Escola de Abendberg, criada por um médico suíço chamado Guggebuhl, no ano de 1840, e considerada a iniciativa mais bem sucedida à época. A substituição da concepção sobrenatural pela naturalista não resolveu totalmente o problema das pessoas com necessidades especiais, pois passaram a ser separados em classes de acordo com as características que as tornavam diferentes das demais. (Sawrey e Telford, 1978).

Januzzi (1985, p.21) afirma que no Brasil, a primeira iniciativa de atendimento escolar para pessoas com necessidades especiais aconteceu no Brasil Colônia, no ano de 1600 e era destinado aos que apresentavam deficiência física. Algumas iniciativas, menos expressivas foram tomadas como a criação do Instituto Imperial dos Meninos Cegos, no ano de 1854, e em 1856, o Instituto dos Surdos-Mudos, os dois na cidade do Rio de Janeiro. O atendimento das pessoas com deficiência mental só foi iniciado em 1874, junto ao hospital Juliano Moreira, em Salvador (BA), seguido da Escola México, fundada em 1887, no Rio de Janeiro (idem p. 21-23)

No Brasil a necessidade de urbanização e industrialização no século XX, fez com o atendimento escolar se tornasse uma exigência social. À medida que a

expansão da educação geral foi acontecendo também à educação especial se desenvolvia, porém não no mesmo ritmo. Esses atendimentos mantiveram-se, por muito tempo, em escolas e instituições paralelas, e na maioria das vezes em caráter privado.

Posteriormente, desenvolveremos mais sobre o histórico que nos levou ao processo de inclusão.

1.2 - Fundamentos Legais que Amparam o Educando com Necessidades Especiais

Muitas leis e documentos internacionais asseguram os direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Dentre eles, estão os artigos 205 e 206, transcritos abaixo, da Constituição Federal do Brasil de 1988, que tratam do direito a educação gratuita e de boa qualidade para todos os cidadãos deixando evidente a participação e colaboração da sociedade visando o desenvolvimento pleno e integral no exercício da cidadania e na capacitação para o trabalho.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

A LEI Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Os artigos 1º e 2º asseguram os direitos sociais e individuais das pessoas com necessidades especiais dando ênfase à sua integração social no que diz respeito à valorização da pessoa humana em sua integralidade dissipando toda forma de discriminação e preconceito de qualquer espécie evidenciando o direito à educação, ao lazer, à saúde, à previdência social e a todos os demais direitos assegurados na Constituição Federal (1988) para o bem-estar de todos. No que diz respeito à educação, assegura a

inclusão no sistema educacional, da Educação Especial, como modalidade educativa, conforme os artigos a seguir.

Art. 1º Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I - na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

A LEI Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. No que diz respeito à educação, a cultura, ao esporte e ao lazer, os artigos 53 e 54, transcritos a seguir, afirmam o direito que a criança e o adolescente tem no âmbito educacional visto que o Estado deve assegurar a todos os estudantes igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, fazendo com que os direitos individuais e coletivos desses educandos sejam

respeitados. O Estado tem o dever de oferecer ainda, à criança e ao adolescente, sem distinção, um ensino de qualidade, e mais, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Outro documento de fundamental importância, quanto aos direitos das pessoas com necessidades especiais, é a Declaração de Salamanca de 1994, que trata dos princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais e é considerada mundialmente um dos mais importantes documentos que visa à inclusão social e educativa das pessoas portadoras de necessidades especiais. Segundo Cavalcante (2006), o texto, que não tem efeito de lei, afirma que também devem receber atendimento especializado crianças excluídas da escola por motivos como trabalho infantil e abuso sexual. As que têm deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que todas as demais.

A LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem no capítulo V, artigos 58 e 59 assegurar educação especial na rede regular de ensino para os estudantes com necessidades especiais oferecendo apoio especializado na escola regular além de professores capacitados

para a integração desses estudantes em classes comuns oferecendo-lhe um currículo que atenda suas necessidades, ou seja, que trabalhem de maneira a integrar esse indivíduo socialmente preparando-o também para o mercado de trabalho.

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59º. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A LEI Nº 10.048 de 8 de novembro de 2000 assegura prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, aos idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo. Segundo Cavalcante (2006), esta lei garante atendimento obrigatório de pessoas com deficiência nos locais públicos.

A LEI Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Segundo Cavalcante (2006), esta lei estabelece normas sobre acessibilidade física e define como barreira obstáculos nas vias e no interior dos edifícios, nos meios de transporte e tudo o que dificulte a expressão ou o

recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação, sejam ou não de massa.

A Resolução Nº 2 de 11 de setembro de 2001 do Conselho Nacional de Educação – CNE e Câmara de Educação Básica – CEB, institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades. O atendimento escolar desses alunos, segundo a resolução, terá início na educação infantil, nas creches e nas pré- escolas oferecendo aos mesmos serviços de educação especial sempre que por ventura houver a necessidade de atendimento educacional especializado, essa decisão será tomada mediante avaliação e interação da família e da comunidade.

O decreto Nº 3.956 da Convenção da Guatemala de 08 de outubro de 2001, prevê a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência e o favorecimento da sua integração na sociedade. Segundo Cavalcante (2006), este decreto põe fim às interpretações confusas da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), deixando clara a impossibilidade de tratamento desigual com base na Deficiência. O acesso ao Ensino Fundamental é, portanto, um direito humano e privar pessoas em idade escolar dele, mantendo-as unicamente em escolas ou classes especiais, fere a convenção e a Constituição.

De acordo com a Convenção da ONU de 2006 é dever dos Estados Partes reconhecerem o direito das pessoas com necessidades especiais à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

- a. O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b. O máximo desenvolvimento possível da personalidade, dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- c. A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.

2. Para a realização desse direito, os Estados Partes assegurarão que:

- a. As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência;

- b. As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;
- c. Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas;
- d. As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- e. Medidas de apoio individualizadas e efetivas sejam adotadas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena.

3. Os Estados Partes assegurarão às pessoas com necessidades educacionais especiais a possibilidade de adquirir as competências práticas e sociais necessárias de modo a facilitar a essas pessoas sua plena e igual participação no sistema de ensino e na vida em comunidade. Para tanto, os Estados Partes tomarão medidas adequadas, inclusive:

- a. Tornando disponível o aprendizado do Braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação de apoio e aconselhamento de pares;
- b. Tornando disponível o aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade lingüística da comunidade surda;
- c. Garantindo que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social.

4. A fim de contribuir para o exercício desse direito, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para empregar professores, inclusive professores com deficiência, habilitados para o ensino da língua de sinais e/ou do Braille, e para capacitar profissionais e equipes atuantes em todos os níveis de ensino. Essa capacitação incorporará a conscientização da deficiência e a utilização de modos, meios e formatos apropriados de comunicação aumentativa e alternativa, e técnicas e materiais pedagógicos, como apoios para pessoas com deficiência.

5. Os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino superior em geral, treinamento profissional de acordo com sua vocação, educação para adultos e formação continuada, sem discriminação e em igualdade de condições. Para tanto, os Estados Partes assegurarão a provisão de adaptações razoáveis para pessoas com deficiência.

Encontramos também na Política Nacional de Educação Especial de 2008, que a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado,

disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Ainda de acordo com a Política Nacional de Educação Especial de 2008 o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia assistiva. Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados públicos ou conveniados.

A Política Nacional de Educação 2008 ainda garante o acesso à educação é garantido desde a educação infantil, promovendo assim um atendimento educacional especializado. Já que nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança. Desde o nascimento até os três anos a criança participa de programas de estimulação precoce que tem por objetivo estimular o processo de aprendizagem.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações. (PNEE, 2008)

O Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008 garante que:

A união prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou Superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

A resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação de 2009 afirma que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/Superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Serão contabilizados duplamente, no âmbito do FUNDEB, de acordo com o Decreto nº 6.571/2008, os alunos matriculados em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE.

A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Logo, existem diversas leis que aparam as pessoas com necessidades especiais e estas devem ser cumpridas. Portanto, tanto o deficiente como a família, devem estar atentos e conhecer tais leis, pois estas servirão como um respaldo para muitas ocasiões que poderão ocorrer, uma delas é a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais no sistema regular de ensino, foco do presente trabalho que será desenvolvido a seguir.

2 - O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL

2.1. A Inclusão de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Regular

De acordo com Bruno (2006) a deficiência é um fenômeno individual e social que sofre influência das representações socioculturais de cada comunidade de acordo com o nível de desenvolvimento científico, político, ético e econômico de cada sociedade.

Segundo o mesmo autor o histórico que envolve a deficiência sempre foi marcado por fortes rejeições, discriminação e preconceito. Já na literatura de Roma Antiga se apontava que as crianças com deficiência, nascidas até o início da era cristã, eram consideradas anormais e atrasadas. Já na Grécia antiga, alguns autores, dentre eles Platão, relatam em suas obras que as crianças deficientes eram sacrificadas ou escondidas pelo poder público.

Quando estudamos a Idade Média vemos que as pessoas com deficiência, os loucos e criminosos eram tidos, por muitos, como seres possuídos pelo demônio, devido a isso eram privados do convívio social. O pensamento dos filósofos cristãos se embasava pelo lado da culpa devido aos pecados que cada um possuía. E, finalmente, com o padre dominicano Santo Tomás de Aquino, a deficiência passou a ser vista como um fenômeno natural da espécie humana.

Para Bruno (2006, p.09):

Essas contradições geravam ambivalência de sentimentos e atitudes que iam da rejeição extrema, passando por piedade e comiseração e até a superproteção, fazendo com que surgissem assim as ações de cunho social, religioso e caritativo de proteção e cuidados como: hospitais, prisões e abrigos.

Com o surgimento das ciências, na época do Renascimento, houve a tentativa de explicar as causas das deficiências, que do ponto de vista da medicina da época, eram tidas como doenças de origem hereditária, males físicos ou mentais.

Bruno (2006) afirma que a educação de pessoas com deficiência surgiu como uma forma de amparo às mesmas, sendo esta, exclusiva e segregada. Essa

forma de educação surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa. Posteriormente surgiu no Canadá e nos Estados Unidos os primeiros programas com o intuito de atender às necessidades básicas quanto à saúde, alimentação, moradia e educação dessa parte da população, até então tida como marginalizada e abandonada pela sociedade.

Segundo Bruno (2006) as primeiras tentativas de implementação da educação de pessoas com deficiência, foram tomadas pelo médico Francês Jean Marc Itard, no século XIX, que elaborou um método que consistia na repetição de experiências positivas. A primeira Instituição pública para educação de crianças com deficiência mental foi em uma residência, fundada pelo médico francês Edward Seguin, que criou um método educacional originado da neurofisiologia (ramo da fisiologia que tem como objeto o estudo do funcionamento do sistema nervoso) que consistia na utilização de recursos didáticos, como cores e música, para despertar a motivação e interesse dessas crianças.

A educação especial surgiu com um enfoque médico e clínico voltado para o método de ensino para crianças com deficiência mental, criado pela médica italiana Maria Montessori, no início do século XX. Tal método nomeado como Método Montessori foi desenvolvido baseando-se na rotina diária e na ação funcional, fundamentando-se na estimulação sensório- perceptiva e autoaprendizagem. O método Montessori ficou reconhecido mundialmente e até hoje é utilizado, inclusive no Brasil e na educação pré-escolar de crianças sem qualquer deficiência. O material utilizado no método Montessori é bastante variado tanto em formas como cores. Existem os blocos, os cubos as barras em madeiras, material de encaixe e seriação dentre outros, até mesmo outros métodos de aprendizagem chegam a adotar em sua metodologia alguns materiais didáticos desenvolvidos por Maria Montessori, pela riqueza e resultados do mesmo.

Com o avanço científico as causas e origens das deficiências foram estudadas, esclarecidas e divulgadas na segunda metade do século XX. Mesmo com os esclarecimentos e comprovações para uma melhor compreensão das deficiências e suas peculiaridades e do entendimento de que há uma vasta diversidade entre os seres, o preconceito e a discriminação persistem. Logo, segundo Bruno (2006, p. 10) “a idade contemporânea é marcada pelo paradigma da

cientificidade, do psicologismo, da valorização dos testes quantitativos, do treinamento sensorial e motor”.

De acordo com Bruno (2006, p. 10),

No âmbito da educação infantil e especial, a democratização do ensino traz consigo o conceito de educação como um direito social passando do modelo médico do cuidar, do clínico e terapêutico para a abordagem social e cultural que valoriza a diversidade como forma de aprendizagem, de fortalecimento e modificações do ambiente escolar e da comunidade para a promoção da aprendizagem.

Historicamente, o atendimento educacional a crianças com deficiência era realizado apenas em escolas especiais e que segundo Biaggio (2007), trouxe consequências negativas, pois se acreditava que essas crianças eram incapazes de conviver e aprender com crianças sem deficiências ditas “normais”. Para Cláudia Pereira Dutra da extinta Secretária de Educação Especial do MEC que atualmente foi substituída pela (SECADI) citada no artigo de Biaggio (2007), atualmente, com a política de inclusão, a educação infantil é o início do ingresso ao sistema educacional para boa parte das crianças, sendo assim, o atendimento educacional especializado deve ser oferecido na própria creche ou pré- escola em que a criança está matriculada. Para Denise de Oliveira Alves, Coordenadora- Geral de Articulação da Política de Inclusão, antiga SEESP, que atualmente faz parte da SECADI/MEC, também citada por Biaggio (2007), muitas famílias por desconhecerem o processo de inclusão, preferem deixar seus filhos em casa ou em escolas especiais. Porém à medida que as práticas educacionais inclusivas ganham mais credibilidade às famílias passam a compreender os benefícios dos espaços diversificados de aprendizagem para seus filhos.

Assim, o histórico que envolve a inclusão de crianças com necessidades especiais, passou por avanços significativos tanto em questão do amparo ao aluno, quanto à família, como o surgimento de leis que estabelecem direitos a essas pessoas que, antigamente eram tidas como aberrações, sendo assim excluídas da sociedade. Porém vale ressaltar que o preconceito e os estereótipos ainda existem e estão presentes tanto na escola como na própria família. Portanto, o grande desafio da educação inclusiva é reconhecer os empecilhos existentes, superá-los e propor um ensino de qualidade para todos.

2.2. Dificuldades de Inclusão da Criança com Necessidade Especial na Educação Infantil Regular

Segundo Voivodic (2008) vem sendo atribuído vários significados ao termo inclusão. Em um dos extremos, encontram-se os que acreditam que a inclusão deve inserir todos os alunos, independentemente do grau e tipo de deficiência, na classe regular, com a eliminação dos serviços de apoio de ensino especial. Em outro extremo, encontram-se aqueles que acreditam que o conceito de inclusão é utilizado para renomear integração, considerando que o melhor é a colocação do aluno com deficiência na classe regular, desde que se enquadre aos pré-requisitos da turma. O essencial é que o atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais possa ser eficaz, analisando suas capacidades e limitações estando à disposição, sempre que necessário, um apoio especializado.

Para Silva (2009) a inclusão é:

Um movimento que respeita as singularidades de cada ser humano, oferecendo respostas às suas necessidades e particularidades. A perspectiva primordial da inclusão é a certeza de que não existem pessoas iguais e são exatamente as diferenças entre os seres humanos, que o caracterizam. O aluno é então, compreendido como um ser único, singular e social, que tem sua história de vida, constituindo-se então um ser histórico diferente.

Logo, para Silva (2009), a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais é uma dificuldade a ser enfrentada pela equipe docente das escolas regulares visto que o processo de inclusão necessita de tempo para ser implementado e executado, da mudança de paradigmas e concepções dos educadores, de um projeto que envolva toda a escola e simultaneamente a isso é necessária a mudança das práticas escolares, permitindo a esses alunos, com necessidades educativas especiais, o acesso a toda prática educativa realizada, buscando garantir sua permanência na instituição de ensino.

Rosseto (2005, p. 42 apud SILVA, 2009, SP) diz que:

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser

diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Silva (2009) acredita que na proposta escolar inclusiva, a avaliação de alunos, professores e do processo ensino aprendizagem é complexa e acaba por se tornar uma incógnita, pois os êxitos e as dificuldades de todos perpassam pela visão do coletivo, logo, não são apontados culpados neste trajeto, descobrem-se as dificuldades, procura-se refletir sobre elas e conseqüentemente aprender com todo esse processo. Nessa perspectiva, segundo a autora, o olhar do professor precisa ir além da deficiência do aluno buscando conhecer sua maneira de aprendizado, sua forma de comunicação, seus desejos, e também suas dificuldades.

Biaggio (2007) cita a professora Francisca Roseneide Furtado do Monte, consultora da SEESP/MEC² (Secretaria de Educação Especial) quando a mesma afirma, em suas palavras, afirma que “a inclusão tem força legal e política para quebrar barreiras sólidas em torno das minorias excluídas da sociedade.” Segundo Marilda Bruno, da Universidade Federal da Grande Dourados (MS) citada no artigo de Biaggio (2007) em suas palavras “a inclusão mobiliza a família, os professores, a escola e os profissionais de apoio especializado. Nos primeiros meses pode gerar medo, angústia, tensão, dúvidas, tanto para a família como para a escola.” Para ela a escola ou instituição de educação infantil torna-se inclusiva quando há um projeto pedagógico elaborado coletivamente, entre as instituições educativas, a família e os profissionais especializados.

Biaggio (2007) cita em seu artigo a professora Maria Tereza Eglér Mantoan, coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade da Universidade Estadual de Campinas, a mesma afirma que a inclusão escolar “pegou a escola de calças curtas” e o nível de escolaridade mais atingido por essa inovação foi o do ensino fundamental, apesar de estar chegando também na educação infantil.

Mantoan (apud Biaggio, 2007) adverte que a escola atual, organizada como está, produz a exclusão. A mesma afirma que para entender a razão de tanta dificuldade é preciso analisar o contexto escolar, em suas palavras, afirma que: “os alunos estão enturmados por séries, o currículo é organizado por disciplinas e o conteúdo é selecionado pelas coordenações pedagógicas, pelos livros didáticos,

² Secretaria de educação especial à época, hoje, atual Diretoria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão Especial SECADI/MEC

enfim, por uma “inteligência” que define os saberes úteis e a sequência em que devem ser ensinados” analisa. “A divisão do currículo em disciplinas fragmenta e especializa o conhecimento e faz do conteúdo de cada uma dessas matérias um fim em si mesmo e não um meio para esclarecer o mundo em que vivemos e para entendermos a nós mesmos”, argumenta. “Com esse perfil organizacional, dá para imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, esta é uma prática que tem de ser banida”, aconselha.

Mantoan (apud Biaggio, 2007) acredita que “o desafio da inclusão está desestabilizando as cabeças dos que sempre defenderam a seleção, a divisão do ensino nas modalidades especial e regular, as especializações e especialistas, o poder das avaliações, da visão clínica do ensino e da aprendizagem”. Ela também considera “difícil manter resguardados e imunes às mudanças todos os que colocam nos alunos a incapacidade de aprender”, referindo-se a membros da comunidade escolar, resistentes às mudanças.

O processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais requer um novo olhar frente aos obstáculos a serem enfrentados, porém se a comunidade escolar, professores, família, escola, Estado se engajarem nesse processo e estiverem favoráveis as mudanças, até mesmo radicais, torna-se-à mais ameno um processo considerado, por muitos, difícil e utópico como coloca Godói (2006 p. 07):

Esse é um grande desafio que se impõe aos Municípios brasileiros, aos gestores, aos serviços de educação especial, aos educadores na classe comum, à toda comunidade escolar, às universidades, às famílias e organizações não governamentais, para que juntos possam elaborar um projeto pedagógico que realmente atenda às necessidades educacionais especiais desses alunos, construindo, assim, uma escola e uma comunidade mais inclusiva.

2.3. Adaptações da Escola para a Inclusão da Criança Especial

Para Godói (2006) incluir alunos com necessidades educacionais especiais nos centros de educação infantil não necessita de um currículo especializado e sim analisar o currículo vigente e realizar ajustes e modificações curriculares envolvendo objetivos, conteúdos, procedimentos didático- metodológicos e de avaliação que assegurem o avanço no processo de aprendizagem desses alunos.

Esse processo, segundo Godói (2006) é tido como um conjunto de procedimentos que visa oferecer experiências de aprendizagem adequadas aos diferentes níveis de comunicação, de possibilidades motoras, cognitivas socioemocionais e de vida diária, tendo em vista o atendimento às necessidades específicas dos educandos.

Segundo Godói (2006) baseando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999) a organização e estruturação do currículo, na educação infantil, compreendem dois eixos de experiências: formação pessoal e social (identidade, autonomia, brincar, movimento e conhecimento de si e do outro) e conhecimento do mundo (diferentes formas de linguagem e expressão, artes, música, linguagem oral, escrita e matemática, conhecimento da natureza e sociedade).

A mesma autora diz que essa mesma proposta pedagógica e organização do currículo são essenciais para as crianças com múltipla deficiência. A mesma proposta também se estende para crianças com síndrome de Down. Existe, porém, a necessidade de ajustar os objetivos, adaptações nos conteúdos e atividades, avaliações diferenciadas para que esses alunos possam experimentar a vida como outro aluno dito normal, porém da sua maneira.

Godói (2006 p. 33) afirma que:

Os ajustes, as modificações e adaptações são necessárias não apenas em decorrência das necessidades específicas dos alunos, mas porque os sistemas de ensino, infelizmente, ainda fundamentam sua prática pedagógica em conceitos homogêneos. Muitos professores e pais têm como ideal o modelo de escola homogênea e reprodutora, onde todos aprendem os mesmos conteúdos, da mesma forma, ao mesmo tempo e na mesma medida.

Para Godói (2006) o projeto de inclusão deve ser elaborado e desenvolvido coletivamente, as decisões não devem ser tomadas somente pelo professor ou pela família, sendo elas de responsabilidade da direção, dos centros de educação infantil, dos gestores da política de educação dos Municípios. Algumas ações envolvem órgãos de saúde e ação social, principalmente no que diz respeito ao diagnóstico, tratamento e equipamentos específicos para determinadas deficiências.

A autora aponta algumas adaptações de acesso ao currículo que são de responsabilidade da escola, e envolvem (2006 p. 30):

- mobiliário adequado (mesas, cadeiras, triângulo para atividades no solo, equipamentos para atividades em pé e locomoção independente);
- equipamentos específicos e tecnologia assistida (recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência. Ex: pode variar desde uma simples bengala a um complexo sistema computadorizado, brinquedos e roupas adaptadas, *softwares* e *hardwares*);
- sistemas alternativos e ampliados de comunicação (aparelho de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos, dentre outros).
- adaptação do espaço e eliminação de barreiras arquitetônicas, ambientais, *play ground* (criação de rampas, brinquedos acessíveis para subir, balançar e descer, um ambiente livre para o deficiente ter acesso a todos os espaços da escola.)
- recursos materiais e didáticos adaptados (livros, suporte para lápis, borracha, giz, dentre outros, dependendo da necessidade do aluno).
- situações diversificadas de aprendizagem e apoio para participação em todas as atividades pedagógicas e recreativas;
- adaptações de atividades, jogos e brinquedos.

As adaptações a serem realizadas são muitas, porém, quando essas acontecem o ambiente se torna mais acolhedor e, conseqüentemente, mais inclusivo e capaz de atender a todos sem distinção, isso se chama inclusão escolar.

2.4. Formação Docente para Educação Especial

Biaggio (2007), afirma que para a maioria dos especialistas o processo de inclusão requer uma melhor formação do professor num ritmo contínuo e permanente, visto que o mesmo é a peça-chave na implantação da educação inclusiva.

Segundo Roseneide Furtado especialista em educação especial/educação infantil, citada por Biaggio (2007) a formação continuada, com cursos de curta e média duração, é o caminho para garantir o pleno desenvolvimento de competências relevantes para atuar junto com as crianças portadoras de necessidades educacionais especiais. A mesma aponta a necessidade urgente de alterações nos cursos de

formação de professores em geral, com destaque para os cursos da área de educação infantil e seus currículos, que devem incluir conteúdos que beneficiem as práticas pedagógicas inclusivas.

Silva (2009) acredita que o apoio aos professores que recebem, no ensino regular, alunos com necessidades educativas especiais, deve ser oferecido por um profissional habilitado em educação especial, que seja especializado no atendimento a crianças com necessidades educativas especiais. Tal profissional deve conhecer a realidade do processo inclusivo, a importância da adequação dos espaços escolares, da formação docente necessária e do apoio aos professores, alunos, famílias e comunidade.

Silva (2009, p. 45.) afirma que:

A educação especial, ou mais especificamente, o profissional com formação em educação especial, precisa, apresentar seus serviços á comunidade para auxiliar á formação de professores. Os espaços de educação especial precisam ser vistos como um “lócus” de construção de aprendizagens, como espaços de constituição de novos saberes. Não um lugar onde se “treina” e trabalha com base nas dificuldades, norteando- se por um paradigma médico-clínico. Hoje os profissionais de educação especial assumem um paradigma inclusivo, acreditando que é possível tomar para si, ainda, outras funções, tais como o apoio ao ensino regular, a formação dos profissionais da educação ou áreas afins, além da educação de alunos com necessidades educacionais especiais que ainda não encontraram seu local no ensino regular.

Silva (2009) acredita que um sistema escolar inclusivo necessita investir na capacitação contínua e permanente dos professores e funcionários das escolas, necessita ainda, dar disponibilização de todos num processo de sensibilização e atualização constante da equipe escolar e da comunidade. Logo, o apoio e orientação oferecida ao professor são fundamentais para a busca de soluções para os problemas que virem a surgir em sala de aula, no estudo das questões teóricas, nas intervenções pedagógicas, na seleção de recursos, materiais e tecnologia necessários para a aprendizagem dos alunos, no processo de avaliação, na relação com as famílias, e também a conexão entre escola e serviços especializados para atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais, na área da saúde, da assistência social, do trabalho, dentre outros.

Vale ressaltar que alguns órgãos elaboraram programas e ações para facilitar o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais. Segundo

Biaggio (2009) o Ministério da Educação tem trabalhado no intuito de que os Estados e municípios brasileiros incluam em suas escolas e Instituições de educação infantil todas as crianças com deficiência. Nessa perspectiva, tem firmado parcerias e convênios para garantir o atendimento desse público. Segundo Cláudia Pereira Dutra, no momento da pesquisa, Secretária de Educação Especial do MEC, atual (SECADI) citada por Biaggio (2007), em suas palavras afirma que “O ministério contribui com ações de sensibilização da sociedade e da comunidade escolar, disponibiliza material de apoio e tecnologia educacional que contribua com a prática pedagógica e de gestão escolar, e também com a produção e disseminação de conhecimento sobre a educação inclusiva”.

Entre os programas e ações da SECADI destaca-se o Programa de Educação Inclusiva: Direito à diversidade, desenvolvidos em todos os Estados e no Distrito Federal, envolvendo 114 municípios-pólo, que atuam como multiplicadores para 4.646 municípios de sua área de abrangência. O objetivo, segundo Biaggio (2007), é formar gestores e educadores para efetivar a construção de sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio garantir o direito de acesso e de permanência com qualidade dos alunos com necessidades educacionais nas escolas e no ensino regular. Segundo o MEC (Ministério da Educação) de 2003 a 2007, a formação atendeu 94.695 profissionais da educação com a participação de 5.564 municípios.

O programa disponibiliza aos sistemas de ensino equipamentos, mobiliários e material pedagógico para a implantação de salas de recursos e organização da oferta de atendimento. Tem ainda, implantado um conjunto de outras ações e programas em parceria com dirigentes estaduais e municipais da educação, bem como o apoio a formação continuada dos professores em diversas áreas como Deficiência Intelectual, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual, Superdotação/Altas Habilidades, dentre outras.

Acredita-se que o profissional que almeja constituir uma formação para receber um público diversificado, dando ênfase a real importância que tem o processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais, precisa ir além do curso de graduação, precisa antes de tudo, lutar para que se inclua na grade curricular dos cursos da área de educação, disciplinas que envolvam a teoria e a prática focando a aprendizagem de crianças com necessidades educativas especiais. As escolas, sejam elas públicas ou privadas, devem investir

em cursos de curta ou média duração para a formação dos professores, tais cursos devem ser frequentes e com um foco principal: oferecer ao professor subsídios que irão dar suporte quando o mesmo se deparar com um aluno especial e atendê-lo da melhor maneira possível sem angústia e insegurança.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA DE PESQUISA

Conhecendo os sujeitos da pesquisa

O presente capítulo tem por finalidade analisar os dados obtidos por meio de uma pesquisa de campo realizada com a aplicação de quatro questionários compostos de perguntas, sendo sete perguntas semi-abertas para os professores de crianças que trabalharam com crianças com necessidades educacionais especiais, dentre elas, a síndrome de Down, o TDAH, a síndrome de Mielo e a síndrome de Kiare. Os questionários foram aplicados em uma escola da rede privada de ensino do Distrito Federal. Todas as informações e respostas foram transcritas na íntegra de acordo com os participantes que se disponibilizaram a responder o questionário que foi utilizado para análise.

A escola onde a pesquisa foi realizada, de acordo com o Projeto Político Pedagógico interno, é uma instituição que integra o Sistema de Ensino do Distrito Federal e tem por objetivos propiciar aos alunos uma educação humana e cristã e, de acordo com as leis de ensino, o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua preparação básica para o trabalho, com base em alguns princípios:

- I. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- II. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógica;
- III. Respeito à liberdade e apreço à liderança;
- IV. Valorização do profissional da educação escolar;
- V. Garantia de padrão de qualidade;
- VI. Valorização da experiência extraescolar;
- VII. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Como está escrito no Projeto Político Pedagógico: Cabe ao serviço de Orientação Educacional, que está sob a responsabilidade de um orientador educacional habilitado e indicado pela Direção da Escola, assistir o educando individualmente ou em grupo, visando harmonizá-lo ao processo educativo. A educação Infantil oferecida pela escola compreende a faixa etária de dois a seis anos de idade, onde é observado o ritmo e o desenvolvimento individual da criança, proporcionando-lhe um ambiente socializador e alfabetizador. Ainda são objetivos da educação infantil:

- I. Proporcionar o desenvolvimento global da criança para a prevenção e/ou acompanhamento de deficiências identificáveis pela equipe médica, em relação ao crescimento, desenvolvimento e nutrição da criança;
- II. Desenvolver as diversas linguagens como meios de comunicação com o mundo que o cerca;
- III. Promover um clima de relações afetivas saudáveis pra o bom desenvolvimento da criança em cada faixa etária;
- IV. Oferecer condições de atendimento para o desenvolvimento emocional, intelectual, físico-motor e social;
- V. Proporcionar oportunidades à criança de brincar, expressando suas emoções, sentimentos, desejos e necessidades.

O total de entrevistados foi de quatro pessoas, sendo uma professora formada em pedagogia, que atua na área da educação há quatorze anos, sendo oito na escola em questão, a mesma trabalha com um aluno com síndrome de Down. Uma professora que tem cinco anos trabalhando na área de educação e cinco anos na escola, a mesma é pós-graduada em Psicopedagogia e trabalha com um aluno com Paralisia Infantil. Uma professora que é Pós-graduada em Alfabetização e Letramento e atua na área de educação há dezesseis anos, sendo sete anos nessa escola, ela trabalha com um aluno com a síndrome de Mielo. Uma professora que é formada em pedagogia e há quatro anos trabalha na escola, e tem o mesmo tempo de atuação na área de educação e trabalha com um aluno com a síndrome de Kiare.

Em anexo apresentamos o instrumento de pesquisa.

Com a finalização da pesquisa de campo foi possível observar como os professores se sentem frente ao processo de inclusão e se as escolas oferecem subsídios para auxiliá-los, no intuito de oferecer um ensino de qualidade para todos os educandos, independente da condição que os mesmos apresentarem.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 - Questionários aplicados aos Professores que trabalham com crianças com necessidades especiais

Tabela 1.1: No seu processo de formação acadêmica você recebeu algum direcionamento para trabalhar com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento?

Professor – A
Sim. Apenas o que foi trabalhado no conteúdo da grade curricular da faculdade.
Professor – B
Sim, uma disciplina que teve pesquisa de campo.
Professor – C
Pouco. Foi bem superficial, mas visitamos as escolas especiais do Distrito Federal.
Professor – D
Sim, mas muito superficialmente.

Fonte: Pesquisa de campo 2011/ DF

De acordo com as professoras entrevistadas, percebemos que durante o processo de formação acadêmica, as mesmas tiveram estudos específicos sobre o tema e realizaram trabalhos de pesquisa em campo para conhecer a realidade dos alunos com necessidades especiais. Porém percebe-se que ainda existe certa insegurança para trabalhar com esses alunos, pois o que oferecem nos cursos de formação acadêmica é muito pouco, para tanto se faz necessário que as escolas ofereçam cursos de formação para os profissionais que atuam nessa área.

Biaggio (2007, p. 24) afirma que:

Hoje, o atendimento educacional especializado é apenas complemento da escolarização e não substituto. Muitos municípios brasileiros já começaram a adaptar escolas, a capacitar professores e a comprar equipamentos.

As escolas que fazem esse tipo de investimento acabam se sobressaindo, levando em consideração que a educação inclusiva é um movimento mundial fundamentado nos princípios dos direitos humanos e da cidadania, oportunizando a igualdade de acesso para todos, e esse acaba sendo um tipo de investimento que gera retorno positivo e assim acaba gerando uma educação

inclusiva de qualidade que ofereça subsídios para que os alunos lutem pelos seus direitos de uma boa educação.

Cláudia Pereira Dutra, (SECADI/MEC, 2007) sugere em suas palavras que:

Falamos de um processo de mudança cultural que se constrói no cotidiano educacional e social. Hoje, os pais já não escondem seus filhos com deficiência. As escolas e instituições de educação infantil não podem negar matrícula, alegando não saber como atuar, e os professores buscam aperfeiçoar sua prática, o que se traduz em benefício não só dos alunos com deficiência, mas também de todos os alunos.

Tabela 1.2: Como você considera o processo de inclusão?

Professor – A
Ele é falho, pois no papel é tudo lindo, já na prática não funciona devido à insuficiência de recursos oferecidos aos educadores nas escolas.
Professor – B
Ainda é precário, mas acredito que irá melhorar ao longo dos anos.
Professor – C
Primordial para uma educação humanitária.
Professor – D
Um processo importante, pois devemos colocar em prática o direito de justiça e igualdade para todos.

Fonte: Pesquisa de campo 2011/ DF

Analisando as respostas dos professores, percebemos que falta um pouco de entendimento em relação ao processo de inclusão, eles reconhecem que é necessário e que o sistema é precário, porém não conseguiram encontrar uma definição para o processo de inclusão.

Salamanca (1994) está escrito que:

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às funções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem. Uma pedagogia centrada na criança é benéfica a todos os estudantes e, conseqüentemente, à sociedade como um todo.

A escola precisa encontrar meios para que um ensino de qualidade seja ofertado a todos, pois o processo de inclusão exige uma mudança de atitudes por parte da escola, ou seja, um repensar sobre esse processo, que vem ganhando

espaço cada dia mais, com a matrícula de um número maior de crianças com deficiências variadas. O importante é assumir que o problema existe e buscar alternativas para recuperar o tempo perdido.

Os professores precisam de formação específica enquanto ao processo de inclusão, para não acabar entrando no mesmo erro de não saber definir a inclusão, pois ela não ocorre se ao menos não for entendida em todo o seu processo e analisada de forma que os resultados sejam sentidos dentro de sala de aula.

Tabela 1.3: Você considera importante a inclusão de alunos com deficiência com os alunos sem deficiência?

Professor – A
Claro que sim, por que além de proporcionar o desenvolvimento cognitivo, auxilia também na socialização e na valorização das diferenças.
Professor – B
Sim, eles aprendem mais vivenciando com o próximo.
Professor – C
Muito, vejo que para as crianças regulares, conviver com um colega inclusivo fortalece a formação de valores e altruísmo.
Professor – D
Sim, pois seria uma grande oportunidade para se trabalhar as diferenças entre ambos.

Fonte: Pesquisa de campo 2011/ DF

De acordo com as repostas analisadas, vemos que os professores consideram importante o processo de integração de alunos com deficiência e os alunos que não apresentam nenhum tipo de deficiência. Essa integração é importante para proporcionar uma maior socialização dos alunos e assim acentuar a questão das diferenças. Os professores desenvolvem atividades de forma com que todos os alunos possam participar independente da situação que ele apresenta.

Cavalcante (2006, p. 12) afirma que “deixar a criança somente em classe ou escola especial impede que ela, ao conviver num ambiente provocador, se desenvolva”.

Esse processo de integração é necessário para que a criança com necessidade especial se desenvolva melhor, porém cabe ao professor tomar posição em frente a essa situação, visto que exige todo um trabalho bem elaborado para que os alunos não se sintam inferiores ou se sintam constrangidos em relação

aos demais. O aluno deve se sentir participante da turma para que o seu desenvolvimento aconteça dentro do esperado.

Tabela 1.4: Você acredita que as escolas estejam preparadas para a inclusão? O que precisa melhorar?

Professor – A
A grande maioria não, devido ao preconceito de alguns professores. Tais educadores deveriam se informar e se especializar na deficiência que seu estudante apresenta.
Professor – B
Não. Oferecimento de cursos para os professores e melhorias na infraestrutura do ambiente escola.
Professor – C
Não. Porém, muitas buscam aprimorar os espaços e mão de obra humana para receber melhor essas crianças.
Professor – D
Não, pois é necessário obter profissionais capacitados para tal área, o que está em falta no momento.

Fonte: Pesquisa de campo 2011/ DF

Os professores acreditam que as escolas não estejam preparadas para receber esses alunos, pois falta uma maior discussão por parte dos professores sobre o que seja esse processo e a dinamicidade que está junto dele, sem considerar as questões relativas a estrutura da escola. Os professores acentuam muito a questão da especialização dos professores, pois são eles responsáveis pelo bom andamento da turma e também para que a inclusão ocorra de forma satisfatória, porém a escola precisa oferecer um espaço adequado para que tudo ocorra dentro do esperado.

Cavalcante (2006, p. 12) acredita que:

Cada deficiência requer estratégias e materiais específicos e diversificados. Porém, é preciso reconhecer que cada um aprende de uma forma e num ritmo próprio. Respeitar a diversidade significa dar oportunidades para todos aprenderem os mesmos conteúdos, fazendo as adaptações necessárias (o que não significa dar atividades mais fáceis a quem tem deficiência).

Com o aumento do número de matrícula, visto que o ensino é obrigatório. Toda equipe escolar deve estar preparada e respeitar os limites de cada aluno e isso

é feito a partir do momento em que são feitas as adaptações curriculares necessárias. As escolas precisam estar preparadas para receber esses alunos e não se abster como se o problema não existisse, muito tem sido feito para reverter essa situação e assim temos caminhado para uma educação inclusiva de qualidade.

Tabela 1.5: Que tipo de suporte a sua escola oferece a esses alunos?

Professor – A
Cursos de formação e acompanhamento pedagógico.
Professor – B
Acompanhamento pedagógico para trabalhar a interação em sala de aula e ajudar nas dificuldades cognitivas.
Professor – C
Atendimento com as famílias e solicitação de acompanhantes.
Professor – D
Além do ambiente ser bastante favorável, a escola possibilita que tais estudantes tenham acompanhantes para ajuda-los na parte motora e cognitiva.

Fonte: Pesquisa de campo 2011/ DF

De acordo com as respostas dos professores, vemos que a escola em questão oferece acompanhamento pedagógico para os alunos com necessidades especiais. Cada estudante tem uma professora auxiliar acompanhante que faz as mediações entre a professora regente, o aluno e a família. Essa acompanhante acompanha os alunos em todas as atividades sejam aquelas que exigem esforço físico ou aquelas que correspondem as necessidades cognitivas.

Segundo Godói (2006, p. 37) afirma que:

Na educação infantil, a organização do tempo e espaço envolve todas as atividades de cuidado, de brincadeiras ou de aprendizagem dirigida. Nas brincadeiras, no espaço interno ou externo, no parque, na roda de conversas, na roda de histórias, na hora do faz- de- conta, nas oficinas de artes, músicas e na hora do lanche, todas essas situações requerem planejamento cuidadoso, para que a criança possa interagir comunicar-se espontaneamente, ter uma ação funcional melhor, brincar e aprender.

A escola precisa oferecer um espaço adequado para o aprendizado dos alunos, seja qual for sua dificuldade. Os professores, orientadores, diretores e coordenadores devem estar cientes de seus papéis frente à educação, pois isso é garantido por lei. A escola precisa oferecer uma estrutura física apropriada e material didático adequado, além de manter a comunicação e um trabalho de apoio às famílias.

Tabela 1.6: Como você promove a interação entre o aluno com necessidade especial e os demais alunos?

Professor – A
Realizo trabalhos e grupos ou atividades que promovam interação entre os alunos e a convivência com as diferenças.
Professor – B
Primeiramente é feito um projeto abordando as necessidades especiais e a importância do respeito ao próximo.
Professor – C
Inserindo-os nos grupos com dinâmicas de aproximação (quando necessário). Porém, a proposta da escola já propicia respeito às diferenças.
Professor – D
Tentando incluí-lo da melhor forma possível e mostrando aos demais estudantes que o mesmo não é diferente de ninguém e precisa da ajuda de todos.

Fonte: Pesquisa de campo 2011/ DF

Os professores entrevistados afirmaram que os alunos com necessidades especiais realizam as mesmas atividades que os alunos sem deficiência, respeitando os limites de cada um. Esse trabalho começa desde o início do ano, com dinâmicas e a interação entre todos os alunos, assim os alunos já começam a se interagirem e assim os aspectos das diferenças não ficam tão evidentes.

Os alunos aprendem desde cedo a respeitar o “outro” e assim acabam respeitando as diferenças contribuindo assim para um convívio social harmonioso. O professor como o mediador deve promover essa ligação entre os alunos e o espaço escolar para que os mesmo sintam-se participantes efetivo de todo o processo.

Tabela 1.7: Que tipo de metodologia você utiliza em sala de aula para trabalhar com alunos com necessidades especiais? Essa metodologia tem sido eficaz?

Professor – A
Realizo um trabalho diferenciado, utilizando diversos recursos para facilitar a memorização e assimilação do conteúdo trabalhado.
Professor – B
Trabalho com a metodologia adotada pela escola com todas as crianças da turma, com adaptações para a criança especial.
Professor – C
Adaptação curricular. Traçamos objetivos mensais. Sim tem sido eficaz.
Professor – D
Como a necessidade do estudante é mais na parte motora, temos feito trabalhos diferenciados que estimulem a coordenação motora fina do estudante (colagem, rasgadura de papéis, bolinhas de papel, massinha, dentre outros.)

Fonte: Pesquisa de campo 2011/ DF

Os professores fazem as adaptações curriculares de acordo com a metodologia adotada pela escola, onde são utilizados vários recursos que facilitam a assimilação dos conteúdos por parte dos alunos com necessidades educacionais especiais. Logo, atender ao aluno com deficiência não é fazer outras atividades fora do contexto escolar por acreditar que o mesmo não conseguirá realizá-las, ao contrário, é reconhecer as dificuldades desse aluno e propor adaptações que englobe o conteúdo trabalhado fazendo com que o estudante aprenda como os demais, porém da sua maneira. Essas adaptações podem ser feitas mediante orientação de um professor especializado em educação especial e que já tenha experiência com tais situações. Por isso a escola deve oferecer todo apoio necessário ao professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho dedicou-se a análise do processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais em uma escola da rede de ensino particular do Distrito Federal. Primeiramente foi possível conhecer um pouco do histórico, as suas características, os estudos feitos a respeito da mesma e as leis que amparam o aluno com necessidades especiais.

Atualmente existe um conjunto de leis que ampara a pessoa com necessidades especiais, dentre elas estão as que asseguram o acesso ao ensino gratuito e de qualidade, oferecendo ao aluno com necessidades educacionais especiais, toda a atenção, suporte, e ingresso aos estudos. Logo a escola que negar a matrícula de um aluno com necessidades especiais estará sujeita aos cumprimentos da lei.

Antigamente as crianças com algum tipo de dificuldade eram excluídas da sociedade por se acreditar que as mesmas eram incapazes de se integrar e viver socialmente como as demais, ditas “normais”. Com o passar dos anos, e com muitos estudos feitos, constatou-se a necessidade do ingresso dessas crianças na escola. Até então as turmas eram específicas, ou seja, turmas compostas somente de alunos com necessidades educacionais especiais. Os professores que ministravam as aulas eram habilitados para atuar na educação especial, possuindo todo conhecimento e experiência necessária para atuar com esse grupo de crianças.

Porém, surgiram projetos de lei que foram aprovados garantindo o ingresso de alunos com necessidade especial no ensino regular. Muitas famílias de crianças com necessidades educacionais especiais ficaram receosas em remanejar o aluno da turma especial para a classe regular com o medo de o mesmo não ser bem atendido ou até mesmo excluído.

Ao iniciar a pesquisa propus um questionamento a respeito do preparo das escolas e professores para receberem crianças com necessidades educacionais especiais e infelizmente a resposta para esse questionamento é de que muitas escolas não estão suficientemente disponíveis para receberem esses alunos e como é lei receber essas crianças, muitas escolas fingem que ensinam e camuflam a dificuldade que tem em realizar mudanças para um atendimento de qualidade a esses alunos.

A maior dificuldade a respeito do processo de inclusão, segundo a pesquisa realizada, está no fato de os professores de classes regulares não terem a formação necessária para atuar com essas crianças e a maioria das escolas não oferece o apoio necessário, logo, o professor se sente desmotivado, o que afeta diretamente tanto a turma quanto ao aluno especial. As escolas precisam investir na formação continuada dos professores, capacitando-os para receberem alunos com necessidades especiais, vale ressaltar que essa formação não deve ser feita depois que chegou um aluno com necessidades especiais e sim antes da chegada, para que ao ingressar na escola esse aluno se sinta bem e feliz por estar ali com todas as adaptações necessárias para o seu bem estar influenciando diretamente na aquisição de conhecimento.

A inclusão escolar é um processo difícil a ser enfrentado pelos professores das escolas regulares, pois o mesmo necessita de tempo para ser implementado. No entanto é necessário repensar os paradigmas criados durante anos e que existem até hoje e após essa reflexão repensar sobre a proposta pedagógica, as práticas educacionais, as formas de avaliação, as adaptações a serem realizadas tanto físicas como pedagógicas, enfim, é uma mudança que envolve toda a escola, desde a equipe diretiva aos professores que atuam diretamente com a criança.

A escola em que desenvolveu-se a pesquisa, desenvolve um trabalho específico com os alunos com necessidades educacionais especiais e as famílias dos mesmos. Algumas adaptações foram feitas, porém algumas precisam se desenvolver de uma forma mais específica para atender aos alunos. Os professores sentem-se respaldados pela escola, mas consideram que a escola deveria estar mais bem preparada para receber aos alunos, levando em consideração as adaptações físicas e também curriculares.

Conclui-se, então, que o trabalho de pesquisa foi finalizado com êxito atingindo os objetivos propostos, principalmente na parte de reflexão que envolve todo o processo de inclusão escolar de crianças com necessidades especiais. Acredito que o principal elemento que envolve o processo de inclusão é a mudança, ou melhor, um novo olhar para novas experiências, pois não são os alunos com necessidades educativas especiais que tem que se adaptar à escola e sim a escola que tem que adaptar seus recursos e propostas para receberem esses alunos, objetivando uma inclusão de sucesso.

PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Perspectivas profissionais

Pretendo continuar atuando na área da educação, pois foi essa a escolha que eu fiz para minha vida. Através dessa pesquisa pretendo contribuir de forma satisfatória para o campo da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, já que estas merecem maior atenção de nossa parte. Gostaria de trabalhar na Fundação Educacional de Brasília, como professora das séries iniciais e assim retribuir para a sociedade todo o investimento que fizeram em mim e assim lutar por uma sociedade mais democrática e socializadora.

A educação é um grande desafio para mim, pois é algo que merece um grande comprometimento, pois somos responsáveis pelas possíveis perdas que possam vir a existir, assim como os ganhos que podem aprimorar nosso trabalho. É preciso uma disposição e uma grande preparação para atuar nessa área e por isso quero aprofundar meus estudos através de cursos de pós graduação, mestrado e doutorado, que me auxiliarão nesse processo de aprimoramento do conhecimento, e as trocas de experiências com colegas enriquecerão meu trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Kátia Soane Santos, HETKOWSKI, Tânia Maria: **Educação Inclusiva: o direito**. Revista Construir Notícias, Ed. MultiMarcas, nº 27, ano 5, 2006.

BRASIL, Congresso, Senado Federal: **Acessibilidade, inclusão e valorização da pessoa com deficiência. Guia de orientação básica para a inclusão de pessoas com deficiência**. Senado Federal, 2007.

BRASIL. LEI nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. LEI nº 10.048 de 8 de novembro de 2000, Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL. LEI nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. DECRETO nº 3.956 de 8 de outubro de 2001, Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. CONVENÇÃO DA GUATEMALA

BRASIL. Constituição Federal do Brasil, ano 1988.

BRASIL. LEI nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

BRASIL. DECRETO nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

BRASIL. RESOLUÇÃO nº 4 de 2 de outubro de 2009, Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL. POLÍTICA NACIONAL, de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

BRASIL. LEI nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente.

BIAGGIO, Rita de: **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas.** Revista Criança do professor de educação infantil, MEC, nº 44, 2007.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia: **Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: Introdução.** MEC, 4ª Edição, 2006.

CAVALCANTE, Meire: **Caminhos da Inclusão.** Revista Nova escola, Ed. Abril, edição especial nº 11, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.

FAVARETTO, José Arnaldo, MERCADANTE, Clarinda: **Biologia.** Ed. Moderna, 1ª Edição, 1999.

GODÓI, Ana Maria: **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: deficiência múltipla.** MEC, 4ª Edição, 2006.

GUIMARÃES, Arthur: **Inclusão que funciona.** Revista Nova escola, Ed. Abril, nº 165, ano XVIII, 2003.

JANNUZZI, G.M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** 2.ed. Campinas: Cortez/Autores Associados, 1985.

TELFORD, SAWREY, Charles, James. **O indivíduo excepcional.** 3.ed. Rio de Janeiro: tradução de Álvaro Cabral, 1978.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A: **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down.** Ed. Vozes, 5ª Edição, 2008.

DUTRA, Claudia pereira. **Inclusão: Diversidade também se aprende na pré-escola.** Revista Nova Escola, maio de 2007.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

SILVA, karla Fernanda Wunder da: **Inclusão escolar: levantando possibilidades, encarando as dificuldades.** Disponível em: <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/inclusao-escolar-levantando-possibilidades-encarando-as-dificuldades-995993.html>>. Acessado em 30 de abril. de 2011 às 16h04.

Universitário. Disponível em: <<http://www.universitario.com.br>>. Acessado em 31 de abril. de 2011 às 15h35.

APÊNDICES

Questionário professor

Nome:

Formação acadêmica:

Tempo de atuação na educação:

Tempo de atuação na escola:

Caro professor (a),

Este questionário é parte importante de uma pesquisa para elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Por favor, responda com a maior exatidão possível. Não há respostas certas ou erradas. O que interessa é conhecer seu ponto de vista sobre o assunto em questão. Sua atenção e colaboração serão de grande valia para esta pesquisa. Não é necessário assinar o questionário e sua identidade será mantida em sigilo. Qualquer dúvida sobre a pesquisa pode ser enviada para wanessapaula1@hotmail.com.

Desde já, os meus agradecimentos.

Wanessa Sousa de Paula

- 1) No seu processo de formação acadêmica você recebeu algum direcionamento para trabalhar com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento?**

- 2) Como você considera o processo de inclusão?**

- 3) Você considera importante a inclusão de alunos com deficiência com os alunos sem deficiência?**

- 4) Você acredita que as escolas estejam preparadas para a inclusão? O que precisa melhorar?**

- 5) Que tipo de suporte a sua escola oferece a esses alunos?**

6) Como você promove a interação entre o aluno com necessidade especial e os demais alunos?

7) Que tipo de metodologia você utiliza em sala de aula para trabalhar com alunos com necessidades especiais? Essa metodologia tem sido eficaz?
